

ção deste humilde deputado. Não antecipei o pronunciamento da Comissão de Finanças, que tenho a honra de presidir. Jamais faria este pronunciamento, esta assertiva, quando o julgamento de uma comissão é tomado por voto de homens independentes, dignos, esclarecidos, que assumem a sua responsabilidade pessoal. Quanto à parte publicada, que alega haver eu esclarecido que a Assembleia estava sendo coagida, que os Srs. deputados sofriam pressão dos funcionários públicos e, principalmente, de elementos da Força Pública, posso afirmar não haver dito isso. Acho legítimo o trabalho dos Srs. funcionários e dos homens que compõem a Força Pública de São Paulo. É um direito que eles têm de defender as suas reivindicações, de defender os seus legítimos e justos interesses. Apenas afirmei ao jornalista que me ouviu que à Comissão de Finanças cabia tão só estudar a parte financeira do projeto. Temos por obrigação conhecer as possibilidades do erário público.

Quanto aos insultos que o nobre deputado Hilário Torloni me dirigiu,

eu os devolvo, Sr. Presidente, assim como devolvo as suas aleivosias com o meu pronunciamento, com o meu esclarecimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para reclamação, o nobre deputado Nagib Chaib.

O SR. NAGIB CHAIB (Para reclamação). (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como presidente da Comissão de Finanças, eu queria comunicar aos nobres deputados que compõem aquele órgão técnico que será efetuada uma reunião daquela comissão logo após o encerramento desta sessão, para dar parecer sobre o projeto que concede abono ao funcionalismo público do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Estando esgotada a pauta dos trabalhos da presente sessão, a Presidência considera-a encerrada.

— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

59.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 12 DE JANEIRO DE 1961

PRESIDÊNCIA da Sra. Conceição da Costa Neves.

SECRETÁRIOS, Srs.: Antônio Mastrocola, Onofre Gosuen e Antônio Sampaio.

A SRA. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 14,30 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Alberto da Silva Azevedo — Alfredo Farhat — Marco Antônio — Anibal Hamam — Antônio Mastrocola — Araripe Serpa — Archimedes Lamoglia — Anacleto Barbosa — Realindo Corrêa — Bento Dias Gonzaga — Cid Franco — Costabile Romano — Leonardo Cerávolo — Eduardo Barnabé — Osvaldo Santos Ferreira — Francisco Franco — Luciano Lepora — Scalamandré Sobrinho — Cel. Geraldo Martins — Gustavo Martini — Henrique Peres — Hilário Torloni — Jairo Azevedo — Jethero de Faria Cardoso — Chaves de Amarante — José Felício Castaliano — José Maria Costa Neves — Rocha Mendes Filho — Santilli Sobrinho — Lavinio Lucchesi — Leônidas Ferreira — Luiz Roberto Vidigal — Conceição da Costa Neves — Jorge Nicoleu — Morillo Sousa Reis — Nagib Chaib — Orlando Zancaner — Benedito Matarazzo — Pedro Paschoal — Almeida Barbosa — Sólton Berges dos Reis — Vicente Botta — Lopes Ferraz — Pinheiro Júnior e ausência dos seguintes Srs. deputados: Altimar Ribeiro de Lima — Nunes Ferreira — André Nunes Júnior — Angelo Zanini — Farabullini Júnior — Antônio Moreira — Padre Godinho — Antônio Sampaio — Athié Jorge Coury — Augusto do Amaral — Camillo Ashcar — Carlos Kherlakian — Arruda Castanho — Ciro Albuquerque — Dante Perri — Lot Neto — Fernando Mauro — Geraldo de Barros — Germinal Feijó — Ioshifumi Utiyama — Israel Novaes — Jacob Pedro Carolo — Jacob Zeibil — Bravo Caldeira — João Hornos Filho — Mendonça Falcão — João Sussumu Hirata — Castelo Branco — José Costa — Magalhães Prado — Leônicio Ferraz Júnior — Leônidas Camarinha — Luciano Nogueira Filho — Marcondes Filho — Mario Telles — Mauricio Leite de Moraes — Modesto Guglielmi — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Onofre Gosuen — Cardoso Alves — Abreu Sodré — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue — Walter Menk — Wilson Lapa e Lincoln Feliciano.

No decorrer da sessão compareceram mais os seguintes Srs. deputados: Nunes Ferreira — André Nunes Júnior — Angelo Zanini — Antônio Moreira — Antônio Sampaio — Athié Jorge Coury — Carlos Kherlakian — Arruda Castanho — Dante Perri — Fernando Mauro — Germinal Feijó — Jacob Pedro Carolo — Mendonça Falcão — José Costa — Magalhães Prado — Leônidas Camarinha — Luciano Nogueira Filho — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Onofre Gosuen — Cardoso Alves — Abreu Sodré — Ruy Junqueira e Semi Jorge Resegue.

A SRA. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, é impressionante a escala crescente que vem se observando — nestes últimos quatro anos, nos "deficits" dos nossos balanços de pagamentos. Em 1957 e 1958 atingiram respectivamente 274 e 34 milhões de dólares. Isto significa que, embora as exportações brasileiras aumentem de volume de ano para ano, em relação às importações realizadas, não conseguimos suplantar em preços o valor destas. Além da defazagem dos preços das nossas mercadorias exportadas, como acontece com os nossos produtos principais de exportação, provocadas intencionalmente pelos grandes trustes que monopolizam esses mercados, proporcionando-nos permanentes desvantagens, temos a agravar nossa situação a remessa de lucros, dividendos, "royalties" e outros pagamentos que absorvem, diametricamente, todo o esforço, trabalhos e sofrimentos do povo brasileiro. Realmente, Srs. deputados, é inconcebível o que observamos neste setor da remessa de lucros para o estrangeiro. Chegamos ao cúmulo de aceitar disposições de pagamentos que significando exploração mais sólida do nosso povo, achincalham, deprimem e humilham os nossos brios de patriotas. É inacreditável que tenha havido homens tão desprovidos dos mais primários sentimentos de dignidade nacional que, à frente dos negócios de nossa Pátria, tivessem aceitado injunções tão humilhantes como essa do pagamento de "royalties" por patentes estrangeiras. A situação destes pagamentos são "sui generis" na escala das relações comerciais entre nações. Aceita o Brasil instalarem-se em seus territórios fábricas e empreendimentos estrangeiros, cujas matrizes conservam-se lá fora e para as quais, além dos lucros espantosos que absorvem logo aos primeiros anos de suas atividades, temos que pagar quantias enormes pelas suas patentes e marcas. Acontece, então, este fato surpreendente e vexatório para o nosso país: patentes e marcas de produtos e fabricações — que pertencem a estrangeiros, que estão fora do nosso território, que estão sendo usufruídas pelos seus donos e através das quais essas empresas obtêm lucros excepcionais em nossa Pátria; por essas patentes nós temos que pagar "royalties" em somas fabulosas de dólares, que enriquecem os seus países de origem e empobrecem miseravelmente o povo brasileiro. Estes problemas, Srs. deputados, das nossas relações externas, de mercados e comércio, precisam ser revistos, com urgência, pelo novo Presidente da República, tão logo tome posse de seu cargo, a fim de salvarmos da catástrofe econômica a Nação e o povo brasileiro. É o desejo que formulamos neste melancólico fim de Governo do Sr. Juscelino Kubitschek.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ANTONIO MOREIRA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, venho denunciar desta tribuna um fato de suma gravidade, que envolve o próprio Poder Executivo do Estado num escândalo administrativo. De modo nenhum acredito que o ilustre Governador do Estado ou o Sr. Secretário da Educação tenham dado o seu beneplácito a essa transação que se caracteriza claramente como uma verdadeira malversação dos dinheiros públicos. Publica o "Diário Oficial do Estado", de 6 de janeiro corrente:

"Proc. 1.º — 25.14-60 — Serviço Dentário Escolar — Secretaria de Educação — aparelhos e equipamentos — itens 1, 2, 3, 4, 5. À Atlante S/A. — Indústrias Médico-Odontológicas (por insuficiência de recursos orçamentários as quantidades dos itens de 1 a 5 foram reduzidas de 79 unidades em cada item)".

Os itens a que se refere a concorrência são os seguintes, discriminando-se os preços apresentados pelas firmas e as diferenças a mais daqueles oferecidos pela firma dada como vencedora:

item 1	Suprema	Sgal	Barionkar	Ghiachetti	Atlante	Diferença
cadeira . . .	58.000,00				69.350,00	11.300,00
item 2						
equipo . . .		77.680,00			115.400,00	41.720,00
item 2.a						
compressor . .			34.980,00		47.250,00	12.270,00
item 3 . . .	38.000,00				31.500,00	
esterilizador						
item 4 . . .	20.000,00				22.050,00	2.050,00
armário						
item 5				3.940,00	7.550,00	2.610,00
					291.000,00	3.350,00

Por esses dados verifica-se o seguinte: 1.º — que se fosse obedecido o diploma legal que regula as concorrências públicas, o preço total das 200 unidades de todos os itens seria de Cr\$ 45.421.600,00; 2.º — que reduzido o pedido para 121 unidades, conforme o despacho supra citado e para o que se alega insuficiência de recursos, calculando-se apenas 121 unidades aos preços da firma ganhadora, o total a ser pago pelos cofres públicos seria de Cr\$ 35.944.260,00; 3.º — que a diferença a mais no preço total para 200 unidades entre as ofertas da firma dada como vencedora e os preços oferecidos pelas demais firmas, é de Cr\$ 12.190.400,00.

Esta é a importância que o Estado deveria pagar a mais adquirindo as 200 unidades. Pagar a mais, pura e exclusivamente porque sem se saber como o processo foi despatchado favoravelmente à firma que apresentou preços mais altos. E, além disso, com prazo mais longo para a entrega, menor tempo de garantia e menor desconto para pagamento à vista!

Em resumo a situação é a seguinte: Os cofres públicos pagarão por 121 unidades cerca de Cr\$ 36.000.000,00, quando poderiam pagar por duzentas unidades (quase o dobro), apenas Cr\$ 45.500.000,00, em números redondos.

Salta à vista o despropósito, o absurdo, para não dizer o crime dessa transação.

Não acredito, como já disse, que o Sr. Governador ou o Sr. Secretário da Educação tenham sido inteirados do assunto. E estou certo, assim, pois, de que, ao tomarem ciência do que agora faço público na tribuna desta augusta Assembleia, determinarão, como é devido, que seja sustado o andamento dessa transação escusa, punindo-se os responsáveis na forma da lei e atribuindo aos verdadeiros vencedores da concorrência as ordens para o fornecimento, com o objetivo de que se trate de material destinado ao Serviço Dentário Escolar, material para atender às crianças do povo que frequentam as escolas públicas.

Desviar dinheiro destinado a esse fim se me afigura até tão reprovável como roubar um caramelo de uma criança.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian. Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira.

O SR. OSVALDO SANTOS FERREIRA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, a população de São Paulo tem conhecimento do ofício do Sr. Mário Lopes Leão, dirigido ao Brigadeiro Faria Lima refulando acusações de deputados ao Presidente da "CHERP" e da "USELPA". Esse ofício, publicado nos principais jornais da Capital, de ontem e de hoje, analisa a atuação do Presidente das hidro-elétricas no setor das compras de materiais sem concorrência da fiscalização técnica e financeira, da administração das empresas e da sua participação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e na Light.

Nada temos, pessoalmente, contra o Sr. Mário Lopes Leão. Desta tribuna apenas focalizamos ocorrências que chegaram ao nosso conhecimento, as quais deveriam ser esclarecidas por essa autoridade.

Cabe-nos, agora, uma observação. No ofício deveria ter constado, também esclarecimento sobre comentário de certa gravidade, feito no programa "São Paulo na TV", na última semana, ocasião em que foi afirmado que o Plano de Eletrificação do Estado, de autoria do Eng. Mário Lopes Leão, seria cópia fiel do plano anteriormente elaborado, na gestão do ex-Secretário da Viação do Governo Garcez.

Conviria que tal assunto também fosse esclarecido pelo atual Presidente da "CHERP" e da "USELPA" para que não pairassem dúvidas a respeito.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Sólton Berges dos Reis. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Antônio Mastrocola. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sra. Presidente e Srs. deputados, está em vias de ser examinado, pela Câmara Municipal os vetos ao projeto dos telefones da Capital. O que mais me impressiona Sra. Presidente e Srs. deputados, é o silêncio de todos os poderes públicos sobre a face negativa do projeto em relação a esta magna matéria, que diz respeito à não mais à importância dos telefones para a nossa comunidade, mas diz respeito também à própria soberania nacional.

Não se compreende que o Executivo estadual não emita sequer uma opinião sobre a solução do problema dos telefones. O Executivo municipal nada mais fez do que seguir as ordens da Light. A Câmara Municipal nada mais fez do que seguir as ordens da Light. E assim, Sra. Presidente e Srs. deputados, trama-se contra a nossa população um verdadeiro saque pois além de continuar a Telefônica com um patrimônio que já não lhe pertence, por ter sido amortizado há muito tempo, aqueles que possuem telefones terão de pagar uma sobretaxa, e aqueles que desejarem obter telefone terão de pagar de 70 a 80 mil cruzeiros para constituir o famigerado "Fundo de Expansão". A forma de constituição desse capital da Telefônica, empresa concessionária do serviço público, obrigando os usuários a constituírem o capital de um truste estrangeiro, que exporta os lucros, em dólares, para prestação do serviço público, constitui um crime, Srs. deputados.

O Poder Executivo Estadual está mudo. Não diz palavra sobre a matéria. O Poder Executivo Municipal, tanto o Sr. Prefeito como a Câmara, não passam de joguetes da "Light". Fazem o que ela quer e até mais.

Esse projeto dos telefones segue o triste caminho de ser aprovado pura e simplesmente, por todos esses Poderes, inclusive a Câmara Municipal, onde nem uma voz de nenhum partido, de nenhuma ideologia, tanto política como econômica, teve a coragem de combater esse truste estrangeiro, da tribuna. E encaminharam ao Sr. Prefeito um projeto de contrato dos telefones, onde esconderam todas as manobras que resultam em assaltos à bolsa do povo, como o palavreado de "custo histórico", "levando em conta a desvalorização da